



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

Ata da VII reunião ordinária do CEDIND (Conselho Estadual de Direitos Indígenas) - realizada na Aldeia Araponga - Paraty/RJ em - 31 de Maio de 2019.

Presentes:

Nino Benite da Silva (Aldeia Araponga), Domingos Venite (Aldeia Sapukai), Maria Tania Francisca Ribeiro (Aldeia Pataxó de Iriri), Sérgio Ricardo Verde Potiguara (GRUMIN - Rede Grumin de Mulheres Indígenas), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ - Instituto dos Saberes dos Povos Originários - Aldeia Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA - Associação Universitária Latino Americana), Carlos Tukano (AIAM - Associação Indígena Aldeia Maracanã), Monalyza Alves (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Luana Braz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Graciela Pagliaro (Secretaria de Estado da Saúde), Diana Anastacia (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Luiz Henrique Chad Pellon (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), Carla Pontes de Albuquerque (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro), Bruno de Brito Gueiros Souza (APA Cairuçu - CMBIO), Maristela Resendes (PARNA - Serra da Bocaina), Alexandre da Cunha (Pesquisador), Flavio Marcelo M.Paim (ICMBIO - APA Cairuçu), Algemiro da Silva (Karai Mirim), Marluzy Rosa (Aldeia Araponga), Fabio Neridos Santos (Aldeia Pataxó/Iriri), Alexandre K. Benite (FCT/CGY).

1 - Apresentação Cultural (Coral Araponga)

A letra da música Catepoã, foi feita pelo Sr. Nino Benites, composição da Aldeia Araponga. Música tradicional, cantada pelo coral para a recepção dos Conselheiros. O Sr. Nino Benites diz que dentro da aldeia temos o coral, e a importância dele pra aldeia; a música. Se você seguir o caminho bom, você sempre continuará andando, enquanto seguir, como o meu pai que seguiu até hoje.

2- Ordem do Dia:

Em prosseguimento o Sr. Nino Benite pediu os conselheiros que assumam a responsabilidade de enviar uma denúncia aos órgãos competentes sobre a falta de livros e professores na escola da aldeia Araponga. Sobre a educação o Sr. Nino Benite se diz tranquilo, ao ter notícias da diretora que prometeu fazer um investimento na escola. Nino deseja enviar à defensoria pública, através do conselho, um pedido formal sobre a



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

questão da educação da aldeia e a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino), que no parecer dele, não cumprem o contrato de promoção da educação indígena. O Sr. Nino Benite pergunta aos comparecentes da reunião; por qual motivo não está entrando educação formal dentro da aldeia? Houve um debate sobre a questão da educação, onde as crianças da aldeia precisam ir para escolas “juruás”(termo que significa não indígenas na língua guarani) na cidade de Patrimônio, pois não há condições de ensino na escola local. O Sr. Nino reclama das condições da escola de Araponga, dizendo que teve que colocar a própria filha para estudar em Patrimônio. Diz em seu relato que, por motivos também familiares, os indígenas estão sendo obrigados a deixar a aldeia. Ele fala que uma professora saiu da escola e não houve ninguém para ser posta em seu lugar. Sobre o descaso dos órgãos com a comunidade, deixando clara a falta de professores e material escolar. Nino fala também da necessidade de se fazer uma reunião com todos os caciques e os responsáveis pela educação indígena para tentar criar condições de se fazer um ensino feito por indígenas com uma estrutura apropriada.

2.1 - Infraestrutura/Educação

Como as aldeias são de difícil acesso é necessário alojamentos para que os educadores permaneçam durante a semana. Enquanto Monalyza, eu e as pessoas do fórum estavam vindo, o conselho debatia sobre a suposta estrada que deveria estar sendo feita pelo município de Paraty, que ligaria a pequena cidade de Patrimônio à aldeia. Discutiu-se bastante sobre questões de ordem técnica, onde haveria a necessidade de canaletas nas laterais da pista, pois Paraty como é região de fortes chuvas, há o risco de destruição da pavimentação de concreto feito na estrada. A prefeitura de Paraty prometeu colocar concreto na estrada, de Patrimônio até a aldeia Araponga, se fazendo haver necessidade de obras de infraestrutura. A prefeitura diz que está vindo fazer uma obra, onde planejou colocar 850m de concreto, de Patrimônio através da estrada que liga até a aldeia, tentando melhorar os pontos de maior risco ao veículo. Dessa forma seria possível trazer material escolar, cadeiras, mesas e livros para a escola, assim tornando possível às aulas dentro da aldeia Araponga. O colégio Bracuhy é o único que tem formação até o ensino médio de alunos indígenas com ensino de professores formados também indígenas. Porém apenas o colégio Bracuhy sozinho não dá conta de todos os alunos indígenas aldeados. O Sr. Nino fala que daqui a 15 a 20 dias irá haver uma reforma na escola, que já está sendo feita em Rio Pequeno. Porém admite que isso já é uma promessa antiga, feita pela prefeitura e pelos órgãos da Secretaria de Educação, que enquanto fazem promessas tiram mais tempo dos indígenas, que continuam sendo obrigados a deixar a aldeia para rumar a vida longe do restante da família, sofrendo cada vez mais com a



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

exclusão social. A ideia de aprofundar em termos institucionais um órgão especial de educação dentro do CEDIND é apenas uma ideia teórica que não vai passar do papel se as autoridades competentes decidirem não levar a Educação a sério. Já há uma comissão de Educação dentro do conselho da qual a Sra. Marise é membro, no entanto ela pede formalmente a secretaria de Educação que compareça na aldeia para fazer o levantamento de dados de tal forma que torne possível lecionar para as crianças residentes do local. Há necessidade de fazer um levantamento quanto ao material didático e infraestrutura mínima necessária para que haja condições de ter aulas dentro da aldeia. O Conselho Estadual dos Direitos Indígenas gostaria de fazer um pedido formal à Secretaria de Educação para que haja alojamentos dentro da aldeia, tendo como objetivo uma futura permanência dos professores dentro da Aldeia Araponga. Por enquanto não há condições de mobilidade para sair e entrar da Aldeia sem a presença de veículos com tração dianteira e traseira. A estrada que liga Patrimônio à Aldeia Araponga está em péssimo estado de conservação. O Cacique Domingos da aldeia Bracuhy já a 3 anos como cacique, técnico de enfermagem e motorista foi convidado a participar da reunião. Ele quer respeito da Educação com a comunidade indígena. O Sr. Nino deseja pedir em documento para a Defensoria Pública estadual em ação com a SEEDUC/RJ (Secretaria de Estado de Educação) e o Conselho Regional, que haja condições dignas para a educação indígena no Estado.

2.2 - Educação Indígena

Dentro do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas houve a ideia de se criar, ou, melhorar o Conselho Especial de Educação Indígena no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de inserir nas comunidades indígenas o processo de desenvolvimento educacional. Essa foi uma das ideias propostas na reunião, onde os superintendentes da área da Educação necessitam se fazer presentes na aldeia, para que, assim, percebam quais as reais condições de trabalho e a necessidade de obras de infraestrutura para que assim haja condições ideais para o ensino, conforme propõe a lei. O Sr. Carlos Tukano, presidente do Conselho Indígena, pela parte dos não aldeados, entrou em contato diretamente com Ronaldo Lapa, Subsecretário de Articulação Política e Acompanhamento de Municípios, com o objetivo de fazer o mapeamento das necessidades e exigências das comunidades originárias no Estado do Rio de Janeiro. A Ausência de professores, e principalmente também, de professores indígenas fazem falta na escola da Aldeia Araponga, onde, embora protegida, não está recebendo o apoio necessário do Estado do Rio. O Sr. Carlos Tukano, diz se preocupar com a saúde do povo indígena, e resalta também os pontos da educação já abordados, a falta de professores e livros, são as maiores reclamações, juntamente a questão da infraestrutura.



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

Diz também que já existem “Juruás” (termo Guarani que significa não indígena) que se preocupam com os indígenas, e pede a Yanderú (Deus indígena) que de proteção aos indígenas e atenção às questões apresentadas. O Sr. Domingos Venite fala da questão da SESAI que estaria sofrendo riscos, tanto de corte de verbas, como também de desatenção da Saúde, ele diz que os direitos indígenas são assegurados pela constituição de 1988. Ele alerta que o Secretário Municipal de Saúde se negou a fazer o atendimento aos indígenas, e pediu um tratamento especial às crianças e aos anciãos. Também abordou a questão da educação, da falta de escolas dentro da comunidade indígena, e pede à Educação para não esquecer das crianças indígenas. O Sr. Fábio Néridos Santos tratou da questão da cultura e da diferenciação da educação indígena, pedindo profissionais que possam fazer a logística de professores da aldeia, que possam residir lá e com isso ensinar as crianças da aldeia sobre o modo de vida indígena. O Sr. Nino Berites, alerta o problema de *bullying* que os alunos sofrem nas escolas, que o modo de vida indígena merece respeito e a cultura deve ser preservada, com isso a Sra. Marize pede projetos de inclusão social às crianças dentro das escolas, e assim fazer trabalhos de socialização dentro da escola. O Sr. Nino Benites novamente reitera o pedido a SEDUC (Secretaria de Estado e Educação), Conselho Estadual de Direitos Indígenas, e a secretaria regional, para fazer uma melhora na questão educacional e em geral unindo também a questão da saúde. Houve uma sugestão de tratar de uma reunião com a Secretaria de Educação, juntamente a uma comissão especial de educação indígena para tratar da questão educacional dentro das aldeias. O Sr. Reinaldo de Jesus Cunha levanta a questão da aprendizagem e o lecionar para as crianças da aldeia, explicando a diferença entre alunos não indígenas e os indígenas aldeados, tratando da forma de se perceber e compreender o mundo em sua volta, ele explica que o ideal seria uma parceria entre alunos de faculdade e originários da terra para criar um intermédio de locução que se possa equilibrar a aprendizagem entre um modo de vida das pessoas da cidade e das aldeias indígenas, para que assim percebam-se as reais dificuldades de logística e infraestrutura existentes. Quando as crianças indígenas vão para escolas na cidade, elas se deparam com questões de preconceito e discriminação, graças a isso elas se deparam com a falta de segurança e respeito dentro de escolas “juruás”. Alessandro das da Comunicação das Comunidade Tradicionais fala sobre a importância de estar presente na roda de conversa, diz já ter morado em Araponga e agora reside na Aldeia de Ubatuba e relata que as coisas não são muito diferentes entre uma Aldeia e outra, hoje cursando o Ensino Médio no CEBRA, mas lembra que começou os estudos ali na Aldeia de Araponga e fala sobre a dificuldade que é estudar o ano inteiro e no final do ano não ter nenhuma comprovação que esteja cursando aquele ano referente. Conta da sua trajetória saindo desde os 12 anos de idade junto aos movimentos, acompanhados



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

do *tiramões* e que a partir desses movimentos que se percebeu a necessidade de muito além, além do que se tem dentro das Aldeias, que foi estudando na cidade que descobriu o que é bullying ali dentro da escola sofria diversos tipos de preconceitos diz que só pelo fato de ser índio já era motivo para que os outros se sentissem afetados que ele e sua sobrinha eram os únicos Indígenas na escola da Cidade, relata que já escutou dentro de sala de aula que não poderia estar ali, porque índio tem que viver na mata! Diz que os *tiramões* o ensinaram que tem que deixar pra lá e relevar e que com esse pensamento ele só queria logo se formar e dali lutar pelos seus mais velhos e assim com muito esforço conseguiu terminar o Ensino Fundamental. Diz ter procurado o Estado para conseguir concluir seu Ensino Médio pois o mesmo não tinha na sua Aldeia, que o Estado é um pouco mais atencioso com o ensino indígena, porém não é ainda o ideal, relata com extrema felicidade que fez sua inscrição para o ENEM e que está muito confiante sobre sua aprovação e irá fazer faculdade de cinema, que sonha em fazer filmes para sua comunidade e em todos os movimentos já faz fotos e filmagens das lutas de tudo que se precisa fazer para melhorar a vida dos seus parentes. Enfatiza que não é só saúde, não é só território que tem que brigar pela educação indígena, que a escola é um lugar para se aperfeiçoar o que eles já aprenderam nas Aldeias também, tudo que se aprende com os *tiramões*, que nas escolas tradicionais só aprendem a fazer contas, mas que isso tudo não se aplica nas Aldeias, lembra que muitos ali não sabiam nem ler nem escrever e mesmo assim fizeram muito por suas comunidades e que se não fosse eles não teria mais nenhum Indígena ali. Sr. Reinaldo faz uma pergunta ao estudante Alessandro: qual é a relação do índio com a própria natureza? e também pergunta sobre cosmologia e identidade indígena para Alessandro e para o professor. O estudante respondeu que tenta sempre da melhor forma explicar sua cultura e valores para seus amigos de escola e que a partir dessa explicação alguns conseguem uma melhor compreensão e o resultado é mais respeito e menos olhares de indiferença. Ele comenta sobre falta de ensinamento de pais para filhos *jurua* que eles tem que levar de geração a geração o respeito aos indígenas que se explique sempre das histórias de luta, que independente de qual raça que seja deve haver respeito ao próximo acima de tudo. Esclarece que *Jurua* significa não indígena e que *tiramões* significa os indígenas mais velhos. Sra. Monalyza pede que se obedeça a ordem de fala por conta do horário já ter se estendido além do programado. Professor responde sobre a pergunta relacionada a cosmologia, diz que os Guaranis em específico tem outra visão, que já estudou em diversos lugares, diz sobre os mitos Guaranis, que os Amazonas e tantas outras etnias tem seus mitos e elogia e diz que todos precisam saber sobre eles, mas enfatiza os mitos Guaranis que a grande questão é essa, que os Guaranis têm o saber do mundo, são os mitos que vem a partir da natureza, que a partir daí pensamos também como natureza,



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

temos que ter esse respeito, o que ouvimos os cientistas falando que somos água, somos sim, somos natureza, somos tudo! Só que os Guaranis levam esses pensamentos muito mais a sério, não que os *jurua*s não pensem também nisso mas eles aprendem isso e esquecem. Eu entendo que não posso pegar uma pedra no meio do mato sem antes pedir a natureza, na ciência não é ensinado isso ele pergunta que a natureza é viva? Os Guaranis também são vivos, e a gente respeita porque se é vivo tem dono, os Guaranis não tiram nada da natureza sem necessidade, não derruba uma árvore para se fazer casa. Eu como *tiramão*, como mais velho com todo meu conhecimento preciso levar isso pra dentro de sala de aula, todo esses mitos e ensinamentos que nós temos é muito rico, é tão bacana que temos que levar isso até o ensino. Só que infelizmente o Estado não reconhece, não reconhece e não vai reconhecer nossos ensinamentos como matéria, mas a gente faz a nossa parte, e assim finaliza sua resposta a pergunta do Sr. Reinaldo.

2.3- Saúde Indígena

Graciela Pagliaro da Secretaria de Estado da Saúde abre o debate sobre o assunto com um resumo sobre os últimos acontecimentos com SESAI. Diz que a Secretaria de Saúde Indígena foi uma conquista enorme do povo indígena, que a constituição de 88 coloca a necessidade especial da saúde para a população se criando o SUS e só depois de 15 anos que se consegue ter uma estrutura dentro do SUS especificamente para a saúde indígena que é a SESAI, a SESAI é criada para cuidar da atenção básica, apesar de não lidar diretamente com hospitais e com exames caríssimos é ela que cuida de mais de 80% dos problemas de saúde da população indígena. O Governo atual tentou acabar com a SESAI, mais não conseguiu, porém se criou uma outra estrutura que acaba ferindo demais questões muito importantes para quem é da saúde pública, como exemplo: o departamento de AIDS que foi esfacelado, onde tínhamos uma política para tratar os soros positivos que era exemplo no mundo todo, a questão da saúde mental para usuários de drogas também foi vítima desse esfacelamento. Então nessa nova estrutura se tira uma secretaria e no lugar é criado um departamento, então a partir disso a SESAI passa ser um Departamento de Saúde Especial Indígena, sendo assim a atenção secundária que o indígena trás que são os exames específicos dentro de suas especialidades não é mais prerrogativa do SESAI e sim do municípios e do Estado. Hoje estamos tendo muito trabalho, uma grande luta além da luta que foi para se criar a Secretaria de Saúde Indígena. Eu Graciela vim aqui hoje para passar essas informações para vocês e essa semana pelo um grupo de *whatsapp* que existe de participação dos gestores dos Estados da Saúde Indígena, recebemos a notícia que tanto Minas Gerais como Rio Grande do Sul já tem os seus municípios cuidando da saúde, a SESAI já se retirou dessas localidades não de um forma oficial, porém não se contratou mais



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

médicos para atender nas aldeias. Mesmo sem o desmonte oficial da SESAI, que não aconteceu graças a resistência e a luta dos indígenas, a discussão que se está tendo entre esses gestores de vários Estados é que o Estado consegue cobrir essa ausência da Secretaria Especializada, por outro lado tem pessoas que como eu estão dizendo o seguinte: se o Estado cobrir isso, o Governo Federal vai sair vão dizer então o meu papel aqui é inútil não preciso fazer mais nada já que os municípios estão dando conta. O Sr. Toni Lotar pergunta como as coisas ficaram enquanto isso? Sra. Graciela responde que enquanto isso no Rio de Janeiro a SESAI continua com seu pólo base, só em Maricá que é um caso à parte dentro do Estado do Rio que lá a saúde indígena é municipalizada. Sr. Domingos toma a fala dizendo que eles irão brigar para que isso não aconteça, que os indígenas querem é que o Estado e o Município apoiem eles mas que não gostariam de ser municipalizados e explique que não é porque não gosta do município, mas o que querem é parcerias com o municípios e não serem responsáveis pela saúde do povo e que nem a prefeitura consegue cuidar da saúde como deve, ter a saúde indígena passada para o município não seria bom para seus parentes e termina a fala dizendo que não querem que esse subsistema acabe e não está só falando pela sua aldeia, pelo Rio de Janeiro e sim por todo o país! Sra. Graciela retoma a fala dizendo que quando se diz respeito às questões das necessidades que têm dos exames, da atenção mais especializada, que para se conseguir novamente algo assim diferenciado para a população indígena será uma nova luta.

2.4- Comissões e Mapeamento

Sra. Monalyza Alves começa sua fala sugerindo que se crie um calendário de reuniões para cada comissão e que envie o mesmo para todos os conselheiros para que se possa fazer uma relatoria dessas reuniões e lembra que agora com a mudança da Secretaria dos Direitos Humanos para a Central do Brasil, fica mais confortável e acessível para que todos se reúnam. E que se precisa o quanto antes que se programem essas reuniões porque a particularidades como por exemplo: o Pedro é de Paraty Mirim, como o Pedro faria para ir até essas reuniões? então o que eu penso é temos que pensar enquanto comissão permanente, eu como coordenadora de uma comissão eu devo me posicionar e pensar como agir, os próximos passos isso na saúde, na educação, na cultura e em todas as outras comissões, porque não é prerrogativa nossa quanto de Secretaria Executiva, a nossa prerrogativa é acompanhar, monitorar, mas o quem tem que fazer as comissões funcionarem são os coordenadores de cada uma delas.

Sra. Luana Braz fala sobre a questão de mapeamento o quanto é extremamente importante para todas as áreas, haja vista que por mais que tenhamos pretensão, claro



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

que depois de trazer as reuniões com a aprovação de todos buscarmos parcerias como por exemplo: SESC, ou instituição como o SEBRAI, dentre outras para que possamos fermentar o artesanato, para conseguirmos uma capacitação, empreendedorismo só que para isso nós precisamos saber o quantitativo de cada aldeia: quantos são? qual sexo? a idade? quantas famílias? enfim entre outros dados, acredito que essas comissões será de suma importância para que consigamos obter esses dados. Sra. Monalyza informa que o SENSO não é preciso em relação a esses dados, porque se o mesmo fosse preciso hoje teríamos 15 mil de indígenas no Estado do Rio de Janeiro, e assim nos deparamos com aldeias que desapareceram. Sr. Toni interrompe dizendo que FUNAI tem esses dados. Sra. Monalyza diz que particularizam a política pública da FUNAI e não passam esse tipo de informação, que já pediu por diversas vezes e o que eles respondem é que iriam usar as reuniões do conselho para se obter desses dados. Sra. Graciela toma a fala dizendo que todos os indicadores que se tem para Paraty são péssimos decorrente a essa falta de informação, estamos muito ruins referente a indicadores comparado aos outros municípios do Estado. A SESAI precisa muito desses indicadores com os recorte dos indígenas não ter acesso a eles é um grande problema porque é a partir desses dados que conseguimos fazer ações para os benefícios das aldeias.

2.5- Modelo diferenciado / Intercultural

Sr. Luiz Henrique da UNIRIO começa falando que a questão da saúde é muito preocupante e explica a posição dele lembrando que a SESAI teve um desdobramento desde a época da FUNASA e ele obedece as orientações da Convenção 169 da OIT que também orienta para área da saúde, ensino bilíngue, assuntos próprios das comunidades. Fala que esteve agora no Chile e conheceu o modelo de atenção diferenciada deles, e que também em outras países estão avançando para além, e diz que para o que significa diferenciada? é o intercultural ou seja é mapear os saberes, os conhecimentos que tem no fundo do mito, na cosmovisão que orienta para o que pode e como não pode, que regula a vida social, enfim, explica que onde esteve estão mapeando, trabalhando junto com o sistema deles, eles estão juntos dentro da instituição, e o que segura para eles essa proposta é forte resistência deles no local e o que eles dizem é: nós estamos aqui fazendo valer a Convenção 169 aqui a nossa equipe é intercultural trabalhamos com parteiras indígenas, indígenas trabalhando dentro dos hospitais em um sistema que é muito interessante. Mas ele comenta que o que o deixa preocupado é que aqui nós ainda estamos discutindo coisas muito básicas, passos que ainda estão faltando como a referência para atenção e diagnóstico diferenciada, essas coisas são muito básicas, esse ainda é o primeiro momento, que tem que ser visto, esse padrão de intercultural e diferenciado só virá quando essas questões básicas forem resolvidas, para que se



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

aconteça a referência e tudo que vem com ela. Mais o que não podemos perder de vista é que esse intercultural não é só as questões primárias, tudo bem que o que está mais próximo são as questões básicas e primárias que têm mais possibilidades, porém não deixemos de lado que também precisamos ter aulas de cosmovisão indígena, aula de língua indígena, me recordo de uma capacitação que participei com a professora Celeste que foi de formações de agentes culturais onde assisti uma aula de cosmovisão para área de saúde que não tinha noção nenhuma sobre o assunto e que recebiam os indígenas nos hospitais, nas emergências sem saber por que os Guaranis se comportavam daquela maneira ou por que faziam questão disso ou daquilo outro, não compreendem que é relacionado ao mito de criação do mundo, que orienta essas práticas, esses comportamentos. Resumindo eu acho que primeiro de tudo realmente temos que ter um mapeamento, esse é o primeiro passo e a comissão de saúde do conselho tem que se mobilizar para isso, outra coisa para um segundo momento é o que eu já havia dito, temos que avançar no que é intercultural o que é diferenciado e lógico que na expectativa dos próprios Guaranis, eles querem muito ver as coisas funcionando e nós temos que caminhar para isso. Agora a respeito da capacitação isso tem que acontecer porque a área da saúde nessa questão está à margem, parece que o intercultural hoje está sendo assim: eu trabalho com o índio, eu o compreendo, me dou bem com ele e não sou hostil a ele então eu estou sendo intercultural, entender um pouco mais da questão tem muito haver com a sensibilidade de cada um de uma equipe, lá no Norte eles estão criando uma instituição com terapeutas interculturais, eles lá já caminham nesse sentido a gente aqui ainda está pedindo o básico e estamos aos poucos avançando e colocando o básico para funcionar, falando ainda desse básico eu estive aqui na Aldeia outro dia e apareceu esse assunto na última reunião, foi sobre saneamento e quando tocamos nesse assunto foi levado em conta sobre Araponga ser um modelo de Aldeia e um espaço privilegiado, mas para que se continue um espaço privilegiado temos que atender principalmente a questão de saneamento, temos que ver um modelo que atenda as necessidades o que vi na época e que tínhamos vasos sanitários inoperantes ou seja, eles estão usando o banheiro como um modelo de fossa ou sumidouro que não atende a realidade que aqui vivem. Porque esse modelo atual deve reter muita água, até em cima, o sumidouro mesmo drenando, está fazendo essa drenagem em cima de uma nascente então é completamente descabido para o meio ambiente, o ecossistema onde estão localizados, então eu penso que que temos outras demandas a serem colocadas nesse mapeamento para que nossa comissão comece a pensar em ter um representante da SESAI, tem que estar presente na nossa reunião de comissão para que consigamos agir assim como a comissão de educação está agindo é preciso verificar se todas as Aldeias estão precisando e estão com os mesmos problemas.



**CONSELHO
ESTADUAL
DOS DIREITOS
INDÍGENAS - RJ**

te

3 - Encaminhamentos:

- Processo MPF - Saneamento / TAC , Eletronuclear / Fórum
- FUNAI (Cristiano) denunciar ao MPF Costa Verde + Ubatuba
- Organizar uma visita da Secretária Fabiana as Aldeias
- Reforçar comitê para o lançamento do Protocolo de Consulta Indígena com base na 169 (OIT)
- Formalizar um ofício solicitando providências da instalação assinado pelos Presidentes do Conselho e pela Secretaria Executiva e entregar na Presidência da ENEL

Eu, Monalyza Ferreira Alves Pereira (ID: 4325704-6), lavro a presente ATA com a outorga de todos.